

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

A MAPFRE Seguros Gerais S.A. atua nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, com foco em automóveis, riscos patrimoniais e transportes, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Reformulação societária

Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil S.A., através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e GRUPO

MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE que a partir de 30 de novembro de 2018 teve sua reformulação por meio do Acordo de Reestruturação da Parceria.

A Nova Parceria apresenta-se por meio da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e das Seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil exclusivamente com relação aos ramos de atividade de seguros de vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e o *run-off* do seguro de grandes riscos (comercializados até a data da reformulação da parceria pela Aliança do Brasil Seguros S.A.).

Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferido a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Seguros Gerais S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha.

Prêmios emitidos

No exercício de 2018, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 6,4 bilhões, aumento de 4,7% em relação ao exercício anterior. O crescimento dos prêmios emitidos líquidos no ano foi avançado pelos segmentos de Agronegócios/Habitacional, Automóvel, Grandes Riscos e

Massificados que somadas, apresentaram crescimento de 5,5% quando comparamos ao exercício anterior, reflexo, dos investimentos internos realizados que buscaram a melhoria de produtos, processos e serviços.

Resultado do ano

A Seguradora vem realizando revisões de processos, ferramentas, sistemas e políticas, como de subscrição, tendo em vista a alta sinistralidade que afetou o resultado do ano.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 644,2 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017		01/01/2017		Passivo	Nota	31/12/2017		01/01/2017	
		2018	(reapresentado)	2018	(reapresentado)			2018	(reapresentado)	2018	(reapresentado)
Circulante		7.630.797	6.829.972	6.427.370			7.074.127	6.040.417	5.609.061		
Disponível	5	23.841	13.597	87.912	Circulante		7.074.127	6.040.417	5.609.061		
Caixa e bancos		23.841	13.597	87.912	Contas a pagar		350.543	327.567	368.956		
Equivalentes de caixa	5	23.520	3.864	46.184	Obrigações a pagar	16	207.441	177.765	213.382		
Aplicações	6	2.302.050	1.977.385	1.634.742	Impostos e encargos sociais a recolher	17	108.516	115.345	119.307		
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.086.087	1.905.780	2.024.905	Encargos trabalhistas		25.526	25.643	31.026		
Prêmios a receber	7	1.644.763	1.765.268	1.896.847	Impostos e contribuições	18	9.060	8.814	5.241		
Operações com seguradoras		16.391	40.556	63.058	Débitos de operações com seguros e resseguros		1.169.147	727.048	737.361		
Operações com resseguradoras	8a	424.933	99.956	65.000	Prêmios a restituir		-	2.386	1.793		
Outros créditos operacionais	9	51.753	66.901	139.678	Operações com seguradoras	19	64.026	38.301	55.922		
Ativos de resseguro - provisões técnicas		8a 2.299.828	1.859.834	1.482.174	Operações com resseguradoras	8b	873.271	500.125	454.256		
Títulos e créditos a receber		291.457	318.863	306.936	Corretores de seguros e resseguros	20	151.176	156.621	162.543		
Títulos e créditos a receber	10a	131.868	121.591	153.090	Outros débitos operacionais	21	80.674	29.615	62.847		
Créditos tributários e previdenciários	30b	127.388	135.094	106.477	Depósitos de terceiros		22 141.691	179.925	131.851		
Outros créditos	10b	32.201	62.178	47.369	Provisões técnicas - seguros	23	5.412.746	4.805.877	4.370.893		
Outros valores e bens		63.082	200.548	224.912	Danos		5.151.587	4.547.337	4.128.101		
Bens à venda	11	62.625	199.936	222.876	Pessoas		261.159	258.540	242.792		
Outros valores		457	612	2.036	Passivo não circulante		1.396.000	1.009.107	939.938		
Despesas antecipadas		10.819	5.558	10.947	Provisões técnicas - seguros	23	1.077.120	832.489	788.404		
Custos de aquisição diferidos		478.360	477.642	468.980	Danos		922.794	714.651	692.562		
Seguros		478.360	477.642	468.980	Pessoas		154.326	117.838	95.842		
Ativo não circulante		2.796.433	2.507.601	2.649.488	Outros débitos		318.880	176.618	151.534		
Realizável a longo prazo		2.452.336	2.104.830	2.221.279	Provisões judiciais	27	318.880	176.618	151.534		
Aplicações	6	999.886	902.145	1.080.882	Patrimônio líquido		28 1.957.103	2.288.049	2.527.859		
Créditos das operações com seguros e resseguros		75.684	51.581	38.125	Capital social		2.072.858	2.072.858	1.915.863		
Prêmios a receber	7	75.684	51.581	38.125	Aumento de capital (em aprovação)		-	-	156.995		
Ativos de resseguro - provisões técnicas		8a 152.226	135.556	158.643	Reservas de capital		542	542	542		
Títulos e créditos a receber		1.123.935	932.085	873.642	Reservas de reavaliação		397	397	396		
Créditos tributários e previdenciários	30b	908.589	733.161	692.356	Reservas de lucros		-	212.601	451.646		
Depósitos judiciais e fiscais	27a	215.346	198.924	181.286	Ajustes de avaliação patrimonial		11.098	1.651	2.417		
Custos de aquisição diferidos		100.605	83.463	69.987	Prejuízo acumulado		(127.792)	-	-		
Seguros		100.605	83.463	69.987	Total do passivo e patrimônio líquido		10.427.230	9.337.573	9.076.858		
Investimentos		7.026	7.122	6.063							
Participações societárias	13	6.992	6.974	5.915							
Outros investimentos		34	148	148							
Imobilizado		14 68.758	68.194	65.455							
Imóveis de uso próprio		32.910	34.557	38.996							
Bens móveis		18.796	13.923	21.629							
Outras imobilizações		17.052	19.714	4.830							
Intangível	15	268.313	327.455	356.691							
Total do ativo		10.427.230	9.337.573	9.076.858							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017 (reapresentado)
Prêmios emitidos		6.402.908	6.115.309
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(14.429)	(22.893)
(=) Prêmios ganhos	29a	6.388.479	6.092.416
(+) Receita com emissão de apólices		12.606	12.193
(-) Sinistros ocorridos	29c	(4.336.907)	(3.717.274)
(-) Custos de aquisição	29d	(1.417.107)	(1.318.769)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	29e	(438.071)	(303.105)
(-) Resultado com operações de resseguro	29f	(32.911)	(370.000)
(+) Receita com resseguro		1.297.828	987.319
(-) Despesas com resseguro		(1.330.739)	(1.357.319)
(-) Despesas administrativas	29g	(712.951)	(622.658)
(-) Despesas com tributos	29h	(115.200)	(101.913)
(+/-) Resultado financeiro	29i	167.292	238.669
(+) Receitas financeiras		339.548	374.483
(-) Despesas financeiras		(172.256)	(135.814)
(+) Resultado patrimonial	13	1.224	1.295
(=) Resultado operacional		(483.546)	(89.146)
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(574)	788
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(484.120)	(88.358)
(-) Imposto de renda	30a	134.161	38.700
(-) Contribuição social	30a	38.748	(11.674)
(-) Participações sobre o resultado		(29.182)	(19.513)
(=) Prejuízo líquido do exercício		(340.393)	(80.845)
(/) Quantidade de ações		1.367.567.923	1.367.567.923
(=) Prejuízo líquido por ação		(0,25)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017 (reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(340.393)	(80.845)
Outros resultados abrangentes	9.447	(766)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	17.176	(1.393)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(7.729)	627
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(330.946)	(81.611)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital (investida)	Reserva de reavaliação	Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2017 (reapresentado)	1.915.863	156.995	497	45	396	48.589	403.057	2.417	2.527.859
Aprovação de aumento de capital Portaria nº 239, de 06 de março de 2017	156.995	(156.995)	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(766)	-	(766)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	-	-	-	-	(30.600)	-	(30.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	-	-	-	-	(62.300)	-	(62.300)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	-	-	-	-	(65.300)	-	(65.300)
Reserva de reavaliação (tributos diferidos)	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(80.845)	(80.845)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	-	-	-	(80.845)	-	80.845
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	2.072.858	-	497	45	397	48.589	164.012	1.651	2.288.049
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	9.447	9.447
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(340.393)	(340.393)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	-	-	(48.589)	(164.012)	-	212.601
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.072.858	-	497	45	397	-	-	11.098	(127.792)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

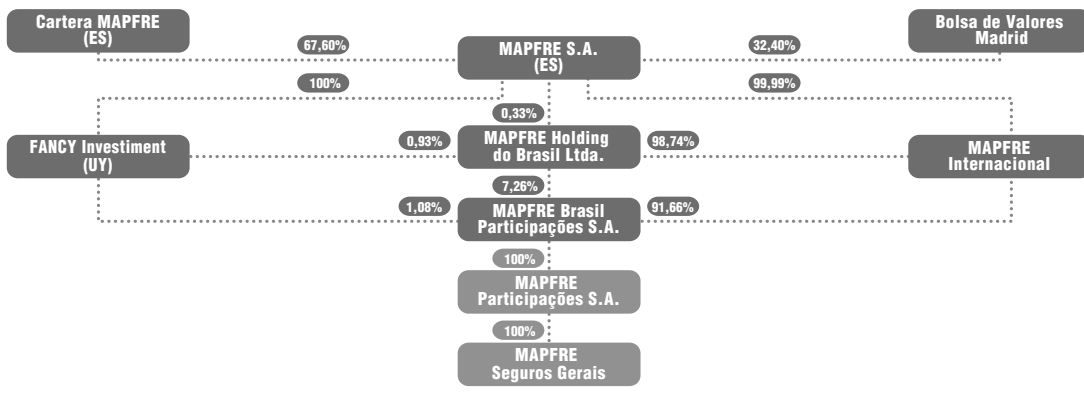
	2018	2017		2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do exercício	(340.393)	(80.845)	Provisões judiciais	142.262	25.084
Ajustes para:	5.076.543	3.713.400	Outros passivos	(6.946)	(1.810)
Depreciação e amortizações	93.326	73.722	Ajuste a valor justo - Títulos disponível para venda	9.447	(766)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(17.860)	(22.138)	Caixa gerado pelas operações	65.126	113.548
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	144.944	(166.827)	Imposto de renda sobre o lucro - pago	-	(9.126)
Variáveis das provisões técnicas	4.554.254	3.785.647	Contribuição social sobre o lucro - pago	-	(15.361)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	574	(788)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	65.126	

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objetivo social operar em seguros e cosseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. Foi celebrado em 26 de junho de 2018 entre as Partes (Banco do Brasil S.A., BB Seguros Participações S.A., MAPFRE S.A., MAPFRE Internacional S.A. e MAPFRE Brasil Participações S.A.), as Intervenientes (BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A.), MPFRE BB SH2 Participações S.A. (atual MAPFRE Participações S.A.), a Brasilveículos Companhia de Seguros, a MAPFRE Seguros Gerais S.A., a MAPFRE Vida S.A. e a BB MAPFRE Assistência S.A. (atual MAPFRE Serviços S.A.) o Acordo de Reestruturação da Parceria. Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferido a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Seguros Gerais S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelo Processo SUSEP nº 15414.622239/2018-88 de 06 de novembro de 2018.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** i. Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016), e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente do exercício de 2017, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras individuais daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência: (1) Adequação das posições dos ativos e passivos de Resseguros - Recuperação dos Sinistros, sua respectiva Redução ao Valor Recuperável e Prêmios Cedidos - por meios de recomposição de saldos, a partir dos relatórios oficiais, movimentações contábeis e financeiras; (2) Adequação do saldo dos passivos de depósitos de terceiros, decorrente do processo de reconciliação; (3) Compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos conforme CPC 32 - Tributos sobre o lucro, anteriormente apresentados de forma segregada no balanço patrimonial, sem ter sido considerado que a Seguradora detinha o direito legalmente executável de compensá-los; (4) Efeitos tributários oriundos dos referidos ajustes. Abaixo, demonstramos resumo das adequações de saldos para correta comparabilidade às demonstrações financeiras individuais originalmente apresentadas:

Balanco patrimonial

Ativo	01/01/2017	
	Saldos anteriormente apresentados	Saldos reapre-sentados
Ativo circulante	6.551.081	6.427.370
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.148.616 (123.711)	2.024.905
Operações com resseguradoras (1)	188.711 (123.711)	65.000
Outros - créditos das operações com seguros e resseguros	1.959.905	- 1.959.905
Outros - ativo circulante	4.402.465	- 4.402.465
Ativo não circulante	2.515.431	134.057 2.649.488
Títulos e créditos a receber	739.585	134.057 873.642
Créditos tributários e previdenciários (3)/(4)	558.299	134.057 692.356
Outros - títulos e créditos a receber	181.286	- 181.286
Outros - ativo não circulante	1.775.846	- 1.775.846
Total do ativo	9.066.512	10.346 9.076.858
Passivo		
Passivo circulante	5.429.622	179.439 5.609.061
Débitos de operações com seguros e resseguros	673.790	63.571 737.361
Operações com resseguradoras (1)	390.685	63.571 454.256
Outros - débitos de operações com seguros e resseguros	283.105	- 283.105
Depósitos de terceiros (2)	15.983	115.868 131.851
Provisões técnicas - seguros	4.739.849	- 4.739.849
Passivo não circulante	942.299	(2.361) 939.938
Outros - passivo não circulante (3)	942.299	(2.361) 939.938
Patrimônio líquido	2.694.591 (166.732)	2.527.859
Reservas de lucros	618.378 (166.732)	451.646
Outros - patrimônio líquido	2.076.213	- 2.076.213
Total do passivo e patrimônio líquido	9.066.512	10.346 9.076.858
		31/12/2017
	Saldos anteriormente apresentados	Saldos reapre-sentados
Ativo		
Ativo circulante	6.996.994	(167.022) 6.829.972
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.072.802 (167.022)	1.905.780
Operações com resseguradoras (1)	266.978 (167.022)	99.956
Outros - créditos das operações com seguros e resseguros	1.805.824	- 1.805.824
Outros - ativo circulante	4.924.192	- 4.924.192
Ativo não circulante	2.382.033	125.568 2.507.601
Títulos e créditos a receber	806.517	125.568 932.085
Créditos tributários e previdenciários (3)/(4)	607.593	125.568 733.161
Outros - títulos e créditos a receber	198.924	- 198.924
Outros - ativo não circulante	1.575.516	- 1.575.516
Total do ativo	9.379.027	(41.454) 9.337.573
Passivo		
Passivo circulante	5.924.549	115.868 6.040.417
Depósitos de terceiros (2)	64.057	115.868 179.925
Outros - passivo circulante	5.860.492	- 5.860.492
Passivo não circulante	1.010.840	(1.733) 1.009.107
Outros - passivo não circulante (3)	1.010.840	(1.733) 1.009.107
Patrimônio líquido	2.443.638 (155.589)	2.288.049
Reservas de lucros	368.190 (155.589)	212.601
Outros - patrimônio líquido	2.075.448	- 2.075.448
Total do passivo e patrimônio líquido	9.379.027	(41.454) 9.337.573

Demonstrações de resultados e resultado abrangente

	Saldos anteriormente apresentados	31/12/2017 Ajustes	Saldos reapre-sentados
(-) Outras receitas e despesas operacionais (2)/(3)	(313.059)	9.954	(303.105)
(-) Resultado com operações de resseguro (2)	(380.306)	10.306	(370.000)
(+) Outros - resultado	583.959	-	583.959
(=) Resultado operacional	(109.406)	20.260	(89.146)
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	788	-	788
(=) Resultado antes dos impostos e participações	(108.618)	20.260	(88.358)
(-) Imposto de renda (3)	43.765	(5.065)	38.700
(-) Contribuição social (3)	(7.622)	(4.052)	(11.674)
(-) Participação sobre o resultado	(19.513)	-	(19.513)
(=) Prejuízo líquido do exercício	(91.988)	11.143	(80.845)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(92.754)	11.143	(81.611)

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento nos fluxos de caixa para os exercícios de 2016 e 2017. **ii.** Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de Provisões técnicas - seguros, que, entretanto devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; **ii.** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3l, 3n, 23 e 26 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 7 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 27 - Provisões judiciais; e • Nota 30 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os exercícios de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 38) até a data efetiva do IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS 16) entra em vigor para exercí-

dos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9), CPC 06 (R2) (IFRS 16) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** Tendo como referência a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6 inciso 1º, 3º e 7º e artigo 7º, a Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) sobre os prêmios a receber diretos e aceitos líquidos de comissões, comissão de estipulante, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Despesa de Comercialização Diferida (DCD). É reconhecida a totalidade dos recebíveis vencidos e não pagos de riscos decorridos referentes às apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Para os prêmios diretos de riscos a decorrer adotamos estudo técnico que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, representada por percentuais de perdas, segregados entre faixas de vencimento. No que se refere aos prêmios a receber aceitos é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 dias da data do vencimento. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. A Redução ao Valor Recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados a venda que são estimados e contabilizados, pelo resultado na combinação do histórico de vendas da Seguradora e da Tabela FIFE ou Molcar, líquido dos custos de venda. No exercício a Seguradora efetuou revisão das premissas de valoração dos salvados. **e) Investimentos:** **Participações societárias:** Compreende substancialmente investimento na controlada MAPFRE Serviços S.A. (atual denominação da BB MAPFRE Assistência S.A.), estando avaliado por equivalência patrimonial nas presentes demonstrações financeiras individuais. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 15 e contrato de exploração de canal *affinity*, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos no referido canal. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **h) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **i) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco



☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base *pro rata-die* ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

j) Resseguro: Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade proporcional são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade não proporcional são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c *ii*. Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

k) Custos de aquisição diferidos: É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *pro rata-die* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 17 meses.

l) Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método *pro rata-die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro.

m) Operações com o Convênio DPVAT: A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Seguradora no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, os resultados mensais são repassados líquidos aos participantes do consórcio no mês seguinte a sua competência.

n) Teste de adequação dos passivos (TAP): A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR, IBNeR e PET. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 57,3% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

o) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Neste exercício, a Seguradora efetuou revisão das premissas de provisionamento das ações judiciais cíveis não relacionadas a sinistros e das ações judiciais trabalhistas. Para ações judiciais cíveis não relacionadas a sinistros, as ações sem decisão judicial, anteriormente classificadas como perdas possíveis passaram a ser classificadas como perdas prováveis. Ainda decisões desfavoráveis de primeira e segunda instância, foram classificadas como perdas prováveis. Para as ações judiciais trabalhistas, a alteração se concentrou nas ações que após decisão desfavorável de primeira instância, foram classificadas como perdas prováveis e por consequência foram provisionadas. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não

cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados.

p) Benefícios aos empregados: *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores. **r) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **s) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO MAPFRE realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e, portanto são classificados como arrendamentos financeiros sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos financeiros são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **u) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios

e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

		Bruto de resseguro (*)							
		2018							
Região geográfica		Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste		171.873	3%	49.790	1%	151.928	2%	373.591	6%
Nordeste		274.064	4%	38.130	1%	180.291	3%	492.485	8%
Norte		50.804	1%	12.197	0%	38.797	1%	101.798	2%
Sudeste		1.706.739	27%	1.054.323	17%	1.424.970	22%	4.186.032	66%
Sul		560.704	9%	201.133	3%	407.757	6%	1.169.594	18%
Total		2.764.184	44%	1.355.573	22%	2.203.743	34%	6.323.500	100%
		Líquido de resseguro(**)							
		2018							
Região geográfica		Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste		171.873	3%	25.949	1%	130.873	3%	328.695	7%
Nordeste		274.064	5%	29.498	1%	173.428	3%	476.990	9%
Norte		50.804	1%	6.827	0%	36.256	1%	93.887	2%
Sudeste		1.706.739	34%	372.470	7%	1.014.507	20%	3.093.716	61%
Sul		560.704	11%	150.691	3%	329.527	7%	1.040.922	21%
Total		2.764.184	54%	585.435	12%	1.684.591	34%	5.034.210	100%
		Bruto de resseguro (*)							
		2017							
Região geográfica		Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste		180.636	3%	46.357	1%	143.597	2%	370.590	6%
Nordeste		256.214	4%	37.626	1%	141.989	2%	435.829	7%
Norte		50.325	1%	8.960	0%	30.819	1%	90.104	2%
Sudeste		1.523.324	25%	1.034.668	17%	1.434.859	24%	3.992.851	66%
Sul		558.185	9%	192.824	3%	357.827	7%	1.108.836	19%
Total		2.568.684	42%	1.320.435	22%	2.109.091	36%	5.998.210	100%
		Líquido de resseguro (**)							
		2017							
Região geográfica		Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste		180.636	4%	23.754	1%	116.403	2%	320.793	7%
Nordeste		256.214	5%	26.263	1%	134.457	3%	416.934	9%
Norte		50.325	1%	6.722	0%	28.939	1%	85.986	2%
Sudeste		1.523.324	31%	367.117	8%	1.018.399	22%	2.908.840	61%
Sul		558.185	12%	142.646	3%	280.845	6%	981.676	21%
Total		2.568.684	53%	566.502	13%	1.579.043	34%	4.714.229	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ (28.389) (R\$ 20.568 em 2017) e R\$ 107.797 (R\$ 137.667 em 2017). (**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (13.642) (R\$ 2.667 em 2017).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do

montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR (a1): simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

continua ☆



☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Fator de risco	Sensibilidade	Impacto patrimonial líquido/ no resultado (bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento	(17.221)
b. Sinistralidade	Aumento	(152.340)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio

ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A., foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

médio apresentado para as carteiras é de 4,56 anos (4,43 em 2017) frente a um patrimônio de R\$ 1.517.534 (R\$ 1.475.745 em 2017) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 3.301.936 (R\$ 2.879.530 em 2017) de aplicações financeiras incluindo as operações compromissadas, R\$ 392.061 (R\$ 408.755 em 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e outras aplicações de R\$ 208 (R\$ 208 em 2017). Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 2.909.667 (R\$ 2.470.567 em 2017). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Rating	2018				2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AA+	-	16	421	437	-	-	156	156
AA	4.678	1.619	1.312	7.609	4.625	3.148	-	7.773
A+	31.913	61.823	37.789	131.525	7.152	202.918	1.006	211.076
A	6.609	101.384	812	108.805	42.914	61.789	2.617	107.320
AA-	21.352	6.364	226	27.942	7.519	8.879	5.375	21.773
A-	848.016	51	8.068	856.135	901.917	120	9.242	911.279
Aa3	-	-	1.904	1.904	-	-	-	-
BrAAA	6.134	-	-	6.134	12.847	-	-	12.847
BrA+	-	-	-	-	6.976	-	-	6.976
BrA	-	-	-	-	346	-	-	346
BrAA-	-	-	-	-	4.435	-	-	4.435
B++	-	-	40	40	-	-	-	-
BBB	-	147.383	-	147.383	-	-	-	-
BrAA+	1.376	-	-	1.376	-	-	-	-
Total	920.078	318.640	50.572	1.289.290	988.731	276.854	18.396	1.283.981

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (13.642) (R\$ 2.667 em 2017).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo

grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo apresenta-se o quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(26.007)
b) Redução de taxas	26.007
Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.	

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • Exigências para segregação adequada de funções; • Exigências para o monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR). A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

Ativos financeiros - rating	2018					Sem rating	Total
	AAA	AA+	AA	AA-	A-		
Títulos de renda fixa públicos (*)	3.208.767	-	-	-	-	-	3.208.767
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	28.226	-	28.226
Letras financeiras	761	-	-	18.834	-	-	19.595
Debêntures	-	24.377	20.763	-	-	-	45.140
Outras aplicações	-	-	-	-	-	208	208
Total	3.209.528	24.377	20.763	18.834	28.226	208	3.301.936

Ativos financeiros - rating	2017					Sem rating	Total
	AAA	AA+	AA	AA-	A-		
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.746.457	-	-	-	-	-	2.746.457
Certificados de depósito bancário	-	-	19.966	64.308	-	-	84.274
Letras financeiras	801	-	5.276	10.561	-	-	16.638
Debêntures	15.204	-	-	16.749	-	-	31.953
Outras aplicações	-	-	-	-	-	208	208
Total	2.762.462	-	25.242	91.618	-	208	2.879.530

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 867.025 (R\$ 191.039 em 2017) com lastro em títulos públicos.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como: *Standard & Poor's*, *Fitch Rating* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

2018	Até			Total
	1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Total do ativo	5.645.547	1.757.324	1.036.878	8.439.749
Provisões técnicas (*)/(**)	4.240.618	1.441.935	415.248	6.097.801
Contas a pagar	350.543	-	-	350.543
Depósitos das operações com seguros e resseguros	1.169.147	-	-	1.169.147
Depósitos de terceiros	141.691	-	-	141.691
Total do passivo	5.901.999	1.441.935	415.248	7.759.182

2017	Até			Total
	1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	13.597	-	-	13.597
Equivalentes de caixa	3.864	-	-	3.864
Aplicações (*)	538.763	1.210.408	721.604	2.470.775
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.905.780	51.581	-	1.957.361
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	1.137.904	724.301	133.185	1.995.390
Outros créditos operacionais	66.901	-	-	66.901
Títulos e créditos a receber (**)	183.769	-	-	183.769
Outros valores e bens	102.235	98.313	-	200.548
Despesas antecipadas	5.558	-	-	5.558
Custos de aquisição diferidos	477.642	83.463	-	561.105
Total do ativo	4.436.013	2.168.066	854.789	7.458.868
Provisões técnicas (*)/(**)	3.286.964	1.681.173	261.744	5.229.881
Contas a pagar	327.567	-	-	327.567
Depósitos das operações com seguros e resseguros	727.048	-	-	727.048
Depósitos de terceiros	179.925	-	-	179.925
Total do passivo	4.341.579	1.681.173	261.744	6.284.496

(*) Para a alocação das aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 392.061 (R\$ 408.755 em 2017) e R\$ 392.065 (R\$ 408.485 em 2017), respectivamente não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 215.346 (R\$ 198.924 em 2017) e R\$ 318.880 (R\$ 176.618 em 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 1.035.977 (R\$ 868.255 em 2017), também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de Value at Risk (VaR) e Macaulay Duration. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2018	
	VaR	Patrimônio
Liquidez	39	2.324.688
Rentabilidade	1	56.976

A metodologia de Macaulay Duration é aplicada às carteiras de ALM (Asset & Liability Management) da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo

2018	
1. Ajustes contábeis	
Patrimônio líquido	1.957.103
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(6.992)
Despesas antecipadas	(10.819)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(690.178)
Ativos intangíveis	(268.313)
Obras de arte	(34)
50% do valor dos ativos intangíveis referentes a contratos de ponto de venda, limitados a 15% do CMR	59.913
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	1.040.680
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	48.880
Ajustes econômicos (b)	48.880
3. Capital Mínimo Requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	
Capital de risco de subscrição	755.362
Capital de risco de crédito	153.427
Capital de risco operacional	40.180
Capital de risco de mercado	62.480
Correlação entre os riscos	(109.701)
Capital mínimo requerido (c)	901.748
Suficiência de capital (d = a + b - c)	187.812
Suficiência de capital (d/c)	21%
Índice de Solvência (e = a + b/c)	1,21
As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora apresenta liquidez como se segue:	
Capital de risco (a)	901.748
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR	180.350
Ativos livres - vide nota explicativa nº 25 (b)	420.277
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (b/a)	46,61%
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Caixa e bancos	23.841
Equivalentes de caixa	23.520
Total de caixa e equivalentes de caixa	47.361



☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Vencimento				Ativos				Total			
	Hierarquia a valor justo	Entre 1	Acima	Sem	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de	Valor de	Ganho/(Perda) Não realizada (G - F)	2018	%	2017	%
		até 1 ano e 5 anos de 5 anos	de 5 anos	vencimento		curva	mercado					
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		868.414	522.710	138.457	702.464	2.232.045	2.232.045	2.232.045			1.872.506	65%
Fundos de investimentos		868.414	522.710	138.457	702.464	2.232.045	2.232.045	2.232.045			1.872.506	100%
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	2	-	-	-	392.061	392.061	392.061	-	392.061	18%	408.755	22%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	1.119	520.701	138.409	-	660.229	660.229	660.229	-	29%	1.266.920	68%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	309	0%
Operações compromissadas(*)	1	867.025	-	-	-	867.025	867.025	867.025	-	39%	191.039	10%
Cotas de fundos de investimentos	2	-	-	-	310.717	310.717	310.717	310.717	-	14%	-	0%
Títulos da dívida agrária (TDA)	2	270	2.009	48	-	2.327	2.327	2.327	-	0%	5.896	0%
Outros/caixas	2	-	-	-	(314)	(314)	(314)	(314)	-	0%	(413)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		39.857	49.102	336.449	-	425.408	405.231	425.408	20.177		425.408	13%
Carteira administrada		39.857	49.102	336.449	-	425.408	405.231	425.408	20.177		425.408	100%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	-	336.449	-	336.449	316.577	336.449	19.872	79%	240.481	64%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	28.226	-	-	-	28.226	28.226	28.226	-	7%	84.274	22%
Títulos da dívida agrária (TDA)	2	5.178	-	-	-	5.178	5.120	5.178	58	1%	15.035	4%
Debêntures	2	-	35.960	-	-	35.960	35.713	35.960	247	8%	23.124	6%
Letras financeiras (LF)	2	6.453	13.142	-	-	19.595	19.595	19.595	-	5%	16.638	4%
Ativos mantidos até o vencimento		30.148	277.607	336.520	-	644.275	644.275	733.113	88.838		644.275	20%
Fundo de investimento		25.573	277.607	336.520	-	639.700	639.700	728.503	88.803		639.700	99%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	-	-	336.520	-	336.520	336.520	405.679	69.159	53%	323.622	52%
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	1	-	20.005	-	-	20.005	20.005	20.759	754	3%	18.766	3%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	20.968	257.602	-	-	278.570	278.570	297.460	18.890	44%	276.047	44%
Debêntures	2	4.605	-	-	-	4.605	4.605	4.605	-	1%	4.429	1%
Carteira administrada		4.575	-	-	-	4.575	4.575	4.610	35		4.575	1%
Debêntures	2	4.575	-	-	-	4.575	4.575	4.610	35	100%	4.400	100%
Outras aplicações		-	-	-	208	208	-	-	-		208	0%
Total		938.419	849.419	811.426	702.672	3.301.936	3.281.551	3.390.566	109.015		3.301.936	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - *Market to Model* do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3, Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3, Brasil Bolsa Balcão na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
NTN-B	IPCA + 7,62%	IPCA + 3,51%	IPCA + 7,62%	IPCA + 3,50%
NTN-C	4,85%	4,85%	4,84%	4,84%
NTN-F	12,91%	10,37%	12,91%	9,44%
TDA	12,98%	12,74%	13,02%	8,62%
CDB	102% do CDI	100% do CDI	106% do CDI	100% do CDI
Debênture	IPCA + 5,41%a.a.	IPCA + 5,41%a.a.	IPCA + 5,41%a.a.	IPCA + 5,41%a.a.
Debênture	100,00% do CDI	100,00% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI
Debênture	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,4%a.a.
Letra financeira	111,8% do CDI	100,00% do CDI	111,60% do CDI	105,00% do CDI

e) Movimentação das aplicações

	2017		2018	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	1.872.506	2.966.854 (2.737.893)	130.578	2.232.045
Disponíveis para venda	379.552	131.386 (138.700)	17.176	35.994 425.408
Mantidos até o vencimento	627.264	- (46.756)	-	63.767 644.275
Outras aplicações	208	-	-	208
Total	2.879.530	3.098.240 (2.923.349)	17.176	230.339 3.301.936

	2016		2017	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	1.263.944	3.695.174 (3.258.617)	-	172.005 1.872.506
Disponíveis para venda	534.429	936.949 (1.138.502)	(1.393)	48.069 379.552
Mantidos até o vencimento	916.525	- (348.419)	-	59.158 627.264
Outras aplicações	726	- (518)	-	208
Total	2.715.624	4.632.123 (4.746.056)	(1.393)	279.232 2.879.530

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	2018		2017	
	Prêmios a receber sobre créditos	Prêmios líquidos a receber	Prêmios a receber sobre créditos	Prêmios líquidos a receber
Automóvel	676.394	(15.679)	660.715	709.154
Patrimonial	496.751	(21.540)	475.211	489.931
Rural	108.180	(8.550)	99.630	114.126
Aeronáuticos	96.026	(4.495)	91.531	117.897
Microseguros	70.262	(10.625)	59.637	35.246
Riscos financeiros	69.542	(5.129)	64.413	74.318
Pessoas coletivo	61.297	(4.521)	56.776	139.191
Riscos especiais	51.905	-	51.905	77.798
Marítimos	37.763	(1.807)	35.956	62.125
Responsabilidades	32.905	(2.707)	30.198	34.421
Habitacional	212	-	212	295
Demais ramos	124.219	(29.956)	94.263	107.247
Total	1.825.456	(105.009)	1.720.447	1.961.749

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3c ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2018		2017	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
(+) Prêmios emitidos	7.143.042	6.826.176	7.143.042	6.826.176
(+) IOF	(7.900)	518	(7.900)	518
(+) Adicional de fracionamento	8.577	6.822	8.577	6.822
(-) Prêmios cancelados	(686.324)	(688.514)	(686.324)	(688.514)
(-) Recebimentos	(6.593.688)	(6.190.432)	(6.593.688)	(6.190.432)
(-/+ Reversão/Constituição de redução ao valor recuperável	39.891	(72.693)	39.891	(72.693)
Saldo final	1.720.447	1.816.849	1.720.447	1.816.849

	2018		2017	
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 60 dias	A vencer de 61 a 120 dias	A vencer de 121 a 180 dias
A vencer até 30 dias	877.194	923.986	877.194	923.986
A vencer de 31 a 60 dias	241.687	252.711	241.687	252.711
A vencer de 61 a 120 dias	237.194	261.729	237.194	261.729
A vencer de 121 a 180 dias	80.840	86.822	80.840	86.822
A vencer de 181 a 365 dias	86.708	133.345	86.708	133.345
A vencer acima de 365 dias	70.701	43.225	70.701	43.225
Total a vencer	1.594.324	1.701.818	1.594.324	1.701.818
Vencidos até 30 dias	75.297	62.682	75.297	62.682
Vencidos de 31 a 60 dias	28.366	14.629	28.366	14.629
Vencidos de 61 a 120 dias	13.697	19.021	13.697	19.021
Vencidos de 121 a 180 dias	4.627	7.960	4.627	7.960
Vencidos de 181 a 365 dias	2.198	4.975	2.198	4.975
Vencidos acima de 365 dias	1.938	5.764	1.938	5.764
Total vencidos	126.123	115.031	126.123	115.031
Total	1.720.447	1.816.849	1.720.447	1.816.849

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 180 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

	2018		2017	
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)
a) Ativo				
Recuperação de sinistros	484.300	134.670	484.300	134.670
Redução ao valor recuperável - RVR	(59.367)	(34.714)	(59.367)	(34.714)
Total - operações com resseguradoras	424.933	99.956	424.933	99.956
b) Passivo				
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	1.653.825	1.186.775	1.653.825	1.186.775
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	127.530	97.215	127.530	97.215
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	508.730	546.698	508.730	546.698
Risco vigente não emitido - RVNE	138.145	147.512	138.145	147.512
Provisão de despesas relacionadas - PDR	23.824	17.190	23.824	17.190
Total	2.452.054	1.995.390	2.452.054	1.995.390
c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos				
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)
Automóvel	2.764.183	-	2.568.684	-
Patrimonial	1.355.573	770.139	1.320.435	753.933
Pessoas	746.087	1.497	765.641	2.004
Rural	437.609	118.632	407.452	123.107
Marítimos/Aeronáuticos	257.602	203.111	256.870	213.859
Transportes	273.964	10.278	225.944	23.453
Demais	488.482	185.633	453.184	167.625
Total	6.323.500	1.289.290	5.998.210	1.283.981

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ (28.889) (R\$ 20.568) em 2017 e R\$ 107.797 (R\$ 137.667) em 2017.

(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	10.185.782	1.922.684	2.379.401	2.389.238	2.197.077	2.446.291	2.446.291
Um ano após o aviso	12.196.661	2.370.043	2.736.238	2.751.468	2.658.785		2.658.785
Dois anos após o aviso	12.385.136	2.365.543	2.715.043	2.787.088			2.787.088
Três anos após o aviso	12.323.804	2.303.149	2.709.124				2.709.124
Quatro anos após o aviso	12.353.136	2.305.325					2.305.325
Cinco anos ou mais após o aviso	12.382.706						12.382.706
Pagamentos efetuados até 2018	12.382.706	2.305.325	2.709.124	2.787.088	2.658.785	2.446.291	25.289.319

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

25. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Provisões técnicas	6.489.866	5.638.366
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(463.158)	(463.610)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(2.058.523)	(1.596.927)
Direitos creditórios	(1.087.149)	(1.117.427)
DPVAT	(392.065)	(408.485)
Total a ser coberto	2.488.971	2.051.917
Bens oferecidos em cobertura		
Quotas e fundos de investimentos	2.479.231	2.086.202
Títulos de renda fixa - públicos	341.627	255.516
Títulos de renda fixa - privados	88.390	128.550
Total	2.909.248	2.470.268
Ativos livres	420.277	418.351

26. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa (*)	Valor da provisão (*)	Quantidade	Valor da causa (*)	Valor da provisão (*)
Provável	11.972	623.378	623.378	14.807	372.108	372.108

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2018		2017	
	Quantidade	PSL judicial (*)	Quantidade	PSL judicial (*)
De 1992 a 2000	187	18.693	209	7.708
De 2001 a 2005	506	20.476	585	15.991
De 2006 a 2010	1.317	105.211	1.850	69.602
De 2011 a 2015	5.444	327.333	8.374	223.737
De 2016 a 2018	4.518	151.665	3.789	55.070
Total	11.972	623.378	14.807	372.108

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

Lei nº	Tipo	Base	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco		
					2018	2017	2018	2017	2018	2017	
(I) Lei 9.718/1998	COFINS	Receita prêmio	05/1999 a 11/2000 e 08/2005 a 12/2013	PROVÁVEL	157.265	150.947	164.796	158.191	157.265	150.947	
(II) Lei 9.718/1998	COFINS	Receita financeira	05/1999 a 11/2000 e 08/2005 a 12/2013	POSSÍVEL	-	-	-	-	33.638	22.221	
(III) Lei 9.718/1998	COFINS	Receita financeira	05/1999 a 11/2000 e 08/2005 a 12/2013	POSSÍVEL	-	-	-	-	13.925	13.686	
(IV) Lei 9.718/1998	PIS	Receita financeira	05/1999 a 11/2000 e 08/2005 a 12/2013	POSSÍVEL	-	-	-	-	5.466	3.611	
(V) Lei 9.718/1998	PIS	Receita financeira	05/1999 a 11/2000 e 08/2005 a 12/2013	POSSÍVEL	-	-	-	-	1.753	1.713	
(VI) Lei 12.973/2014	COFINS	Receita financeira	01/2015 a 12/2018	POSSÍVEL	-	-	-	-	87.805	78.042	
(VII) Lei 12.973/2014	PIS	Receita financeira	01/2015 a 12/2018	POSSÍVEL	-	-	-	-	14.505	12.682	
									Total risco provável	157.265	150.947
									Total risco possível	157.093	131.954
									Total geral	314.358	282.901

* Empresa incorporada MAPFRE *Afinity* S.A.

Demais processos

Nota	Tipo	Tema	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
					2018	2017	2018	2017	2018	2017
(1)	PIS	EC 17/1997	07/1997 a 02/1998	POSSÍVEL	1.952	-	-	-	1.952	7.348
(2)	PIS	EC 10/1996	01/1996 a 07/1996	POSSÍVEL	4.192	-	-	-	4.192	4.110
(3)	IRPJ/CSLL	PC/BTNF	1991 a 1992	POSSÍVEL	-	-	-	-	18.919	18.639
(4)	PIS/COFINS	Multa	01/2013 a 10/2013	POSSÍVEL	-	-	16.810	16.022	16.810	16.022
(5)	IRPJ/CSLL	Glosa de despesas	2010 a 2011	POSSÍVEL	815	-	-	-	47.848	45.656
(6)	PIS/COFINS	Receitas financeiras	2013 a 2014	POSSÍVEL	-	-	-	-	1.543	-
(7)	INSS	Diferencial de alíquota RAT	01/2013 a 12/2014	PROVÁVEL	72.229	-	-	-	42.125	-
									Total risco provável	42.125
									Total risco possível	91.264
									Total geral	133.389

Nota (1) e (2) PIS - EC nº 10/1996 e nº 17/1997 - discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC's nº 16/1996 e 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestados em razão do RE 578.846/SP. Há sentença suspendendo a exigibilidade do crédito tributário. **Nota (3) IRPJ e CSLL - IPC/BTNF** - discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria. **Nota (4) Multa de mora** - discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS, aguarda julgamento de Apelação da União. **Nota (5) IRPJ/CSLL** - discute glosa de despesas operacionais na esfera administrativa. Decisão favorável em segunda instância. Aguarda ciência do Acórdão. **Nota (6) PIS/COFINS** - discute exigência de PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras - decorrentes de juros de parcelamento e Convênio DPVAT - na esfera administrativa. Aguarda julgamento de primeira instância. **Nota (7) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS** - discute exigência de recolhimento de diferencial de alíquota RAT, e descaracterização do plano de PLR de seus colaboradores na esfera administrativa. Aguarda julgamento de primeira instância. **CSLL** - A Seguradora discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/2015 - período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018), mantendo o recolhimento conforme previsto na legislação vigente. Aguarda julgamento de Apelação. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

b) Movimentação

	2018				2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	150.947	11.494	14.177	176.618	142.378	6.447	2.709	151.534
Constituições/Reversões	74.178	29.514	33.897	137.589	-	5.350	15.145	20.495
Pagamentos	-	(3.467)	(7.654)	(11.121)	-	(1.107)	(4.342)	(5.449)
Atualização monetária	11.328	2.063	2.403	15.794	8.569	804	665	10.038
Saldo final	236.453	39.604	42.823	318.880	150.947	11.494	14.177	176.618

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	9	407.099	236.453	8	348.844	150.947
Provável	2	199.390	229.494	1	150.947	150.947
Possível	7	207.709	6.959	7	197.897	-
Trabalhistas	512	380.198	39.604	493	242.687	11.494
Provável	285	223.662	39.604	89	86.898	11.494
Possível	31	23.740	-	127	78.452	-
Remota	196	132.796	-	277	77.337	-
Cível	12.505	3.434.528	42.823	12.497	1.865.692	14.177
Provável	584	75.589	42.823	333	38.667	14.177
Possível	3.650	164.098	-	3.413	141.786	-
Remota	8.271	3.194.841	-	8.751	1.685.239	-
Total	13.026	4.221.825	318.880	12.998	2.457.223	176.618

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.072.858 (R\$ 2.072.858 em 2017), e está representado por 1.367.567.923 (1.367.567.923 em 2017) ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Dividendos e remuneração aos acionistas:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. No exercício a reserva de investimento foi consumida em sua totalidade na absorção do prejuízo do exercício. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

Prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 44 meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2018	2017
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	88.928	97.027
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontram provisionadas	81.128	116.136
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	47.667	14.943
Informar o montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	27.378	9.788

27. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais(*)	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais	236.453	150.947	181.889	174.496
COFINS	157.265	150.947	164.796	158.191
PIS/COFINS (Multa de mora)	-	-	16.810	16.022
Outros	79.188	-	283	283
Trabalhistas	39.604	11.494	7.680	5.421
Cíveis	42.823	14.177	1.818	1.725
Outros	-	-	19.851	16.016
Total	318.880	176.618	211.238	197.658

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R\$ 4.108 (R\$ 1.266 em 2017).

Provisões judiciais Fiscais - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados nos saldos na data-base de 31 de dezembro de 2018. **PIS/COFINS** - Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a V. A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência dos tributos sobre a parcela de receitas financeiras atreladas aos ativos garantidores. Obteve decisão desfavorável em 2ª instância, da qual aguarda publicação para que sejam interpostos os recursos cabíveis. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens VI e VII. **Provisões judiciais Trabalhistas e Cíveis - Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração. **Cíveis** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

	Provisão		Depósito		Valor do risco	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PROVÁVEL	157.265	150.947	164.796	158.191	157.265	150.947
POSSÍVEL	-	-	-	-	33.638	22.221
POSSÍVEL	-	-	-	-	13.925	13.686
POSSÍVEL	-	-	-	-	5.466	3.611
POSSÍVEL	-	-	-	-	1.753	1.713
POSSÍVEL	-	-	-	-	87.805	78.042
POSSÍVEL	-	-	-	-	14.505	12.682
					Total risco provável	157.265
					Total risco possível	157.093
					Total geral	314.358

	Provisão		Depósito		Valor do risco	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
POSSÍVEL	1.952	-	-	-	1.952	7.348
POSSÍVEL	4.192	-	-	-	4.192	4.110
POSSÍVEL	-	-	-	-	18.919	18.639
POSSÍVEL	-	-	16.810	16.022	16.810	16.022
POSSÍVEL	815	-	-			

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017		2018	2017
h) Despesas com tributos	(115.200)	(101.913)			
COFINS	(102.017)	(94.321)			
COFINS - Crédito tributário	12.696	16.416			
PIS	(18.348)	(15.589)			
PIS - Crédito tributário	2.063	2.668			
Taxa de fiscalização	(4.335)	(3.836)			
Outras despesas com tributos	(5.259)	(7.251)			
i) Resultado financeiro	167.292	238.669			
Receitas financeiras	339.548	374.483			
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	130.578	172.005			
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	35.994	48.069			
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	63.767	59.158			
Rendimento equivalente de caixa	201	737			
Juros de prêmios	25.303	30.899			
Oscilação cambial	65.659	29.242			
Receitas com créditos tributários	1.566	4.069			
Atualização de depósitos judiciais	7.394	10.077			
Outras receitas financeiras	9.086	20.227			
Despesas financeiras	(172.256)	(135.814)			
Consórcio DPVAT	(25.681)	(38.669)			
Oscilação cambial	(76.362)	(44.193)			
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar	(42.523)	(3.981)			
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(15.794)	(10.038)			
Despesas financeiras de juros	(11.896)	(38.933)			

(*) Conforme Circular SUSEP nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG).

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais (Brasileveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com remuneração da locatária; • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros Participações S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimento do GRUPO MAPFRE. • Call Center localizado na cidade de Franca: Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros Participações S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimento para Brasilseg. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício, estão demonstrados a seguir:

Seguradora	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
	Arrendamento	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	presente	
Edifício Torre Alfa	15.139	15.707	58.128	69.498	56.500	202.615	129.767	287.820	22.835
Call Center - São Carlos	2.466	3.309	8.462	12.678	-	-	10.928	15.987	3.183
Total	17.605	19.016	66.590	82.176	56.500	202.615	140.695	303.807	26.018
GRUPO MAPFRE	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
Arrendamento	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	
Edifício Torre Alfa	20.312	21.075	77.993	93.248	75.808	271.857	174.113	386.180	
Call Center - São Carlos	3.308	4.440	11.354	17.011	-	-	14.662	21.451	4.271
Total	23.620	25.515	89.347	110.259	75.808	271.857	188.775	407.631	34.616

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo contábil antes dos impostos e após participações	(513.302)	(513.302)	(107.871)	(107.871)
Imposto de renda à alíquota de 25% e Contribuição social à alíquota de 20%	199.048	159.238	32.057	25.626
Diferenças temporárias	14.865	11.892	(29.861)	(23.889)
Diferenças permanentes	(72.235)	(56.652)	(16.098)	(12.769)
Sinistros rurais	9.737	-	11.102	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	847	3.309
Deduções incentivadas	-	-	812	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	151.415	114.478	(1.141)	(7.723)
Constituição/Reversão de crédito tributário	(14.864)	(11.892)	29.013	20.579
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(1.292)	(1.032)	10.828	8.664
Ajustes relativos a exercício corrente	(1.098)	(16.166)	-	-
Ajuste de crédito tributários - aumento da CSLL 15% para 20%	-	(46.640)	-	(33.194)
Imposto de renda e contribuição social	134.161	38.748	38.700	(11.674)
Alíquota efetiva (%)	26%	8%	36%	-11%

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	2017 (reapresentado)	Constituições	Reversões	2018
Tributos a compensar	85.164	10.536	(20.699)	75.001
PIS/COFINS	44.050	22.309	(16.579)	49.780
Tributos retidos na fonte	5.880	3.609	(6.882)	2.607
Total circulante	135.094	36.454	(44.160)	127.388
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	38.291	42.700	(11.635)	69.356
Contingências civis	5.671	12.350	(892)	17.129
Provisão para riscos de crédito	140.783	2.542.460	(2.612.120)	71.123
Provisão para participação nos lucros	11.832	224.528	(223.697)	12.663
Contingências trabalhistas	4.598	12.559	(1.315)	15.842
Outras provisões	37.723	146.758	(159.984)	8.327
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(1.733)	42.770	(50.499)	(9.462)
Prejuízo fiscal e base negativa	471.591	538.262	(335.845)	690.178
PIS/COFINS	24.405	14.379	(5.351)	33.433
Total não circulante	733.161	3.576.766	(3.401.338)	908.589

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

	Compensação de crédito tributário (*)									
	2018 (**)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Resultado	120.580	375.017	551.359	718.555	867.991	906.533	993.447	1.107.922	1.198.922	1.198.922
Compensação (30% do lucro)	(36.174)	(112.505)	(165.408)	(215.567)	(260.397)	(271.960)	(298.034)	(332.377)	(332.377)	(332.377)
Alíquota de IRPJ e CSLL	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
Compensação do crédito tributário	(14.469)	(45.002)	(66.163)	(86.227)	(104.159)	(108.784)	(119.214)	(132.950)	(132.950)	(132.950)
Saldo a compensar	690.111	675.709	630.707	564.544	478.317	374.158	265.374	146.160	13.210	-

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios entre as empresas do GRUPO.

(**) Inclui efeito da redução da alíquota da CSLL para 15% R\$ 46.640

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas do GRUPO MAPFRE, empresas que compõem o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO MAPFRE, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. A Seguradora mantém operações

de resseguro com o IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. e MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas coligadas e a controlada MAPFRE Serviços S.A. (atual BB MAPFRE Assistência S.A.) do GRUPO:

	2018	2017
Ativo circulante		
Bancos	16.083	10.259
Banco do Brasil S.A.	16.083	10.259
Operações com resseguradoras	307.784	170.888
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	265.954	52.563
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	2.536	2.553
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (5)	28.727	44.707
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	10.567	71.065
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	22.633	22.273
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	-	2.195
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	-	8.224
Brasileveículos Companhia de Seguros (1)	12.902	9.779
MAPFRE Vida S.A. (1)	9.731	2.075
Títulos e créditos a receber - Outros	21.900	21.339
Brasileveículos Companhia de Seguros	-	18
MAPFRE Capitalização S.A. (7)	21.900	21.321
Provisões técnicas de ativos de resseguro	1.837.424	1.615.145
IRB Brasil Resseguros S.A.	1.551.150	1.204.779
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	5.610	6.407
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (5)	122.934	111.077
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	157.730	292.882
Total do ativo	2.205.824	1.839.904
Passivo circulante		
Obrigações a pagar - Outras	2.251	4.648
Aliança do Brasil Seguros S.A.	2.075	1.110
Brasil Assistência Ltda.	-	427
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento	151	78
Brasileveículos Companhia de Seguros	-	21
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	1	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	4	-
Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE	9	-
MAPFRE Capitalização S.A. (7)	3	3.012
Mapfre Vida S.A.	8	-
Prêmios de resseguro cedido	314.206	404.581
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	256.244	337.894
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	446	615
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (5)	32.456	21.294
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	25.060	44.778
Total do passivo	316.557	409.229
Resultado	(49.661)	(154.242)
MAPFRE Serviços S.A. (3)	(29.353)	(143.047)
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. (2)	(1.701)	(2.220)
MAPFRE Assistência LTDA. (3)	(18.607)	(8.975)
Outras receitas e despesas operacionais	(45.781)	(25.465)
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(19)	-
Banco do Brasil S.A.	-	(54)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(4)	(49)
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento	(138)	(2)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	-	2
Brasileveículos Companhia de Seguros (1)	-	13
Livelo S.A.	(25)	-
MAPFRE Vida S.A.	(8)	1.975
MAPFRE Solutions do Brasil Ltda (4)	(4.851)	(9.603)
Prevsau de Comercial de Produtos e Serviços de Farmácia Ltda.	(677)	(426)
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(1)	(53)
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	(31.896)	(8.349)
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	(408)	(450)
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (5)	(471)	(3.629)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	(7.283)	(4.840)
Outras receitas e despesas operacionais - Compartilhamento	(302)	(243)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	(45)	(24)
Brasileveículos Companhia de Seguros (1)	(10)	(24)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	(180)	(156)
MAPFRE Vida S.A. (1)	(67)	(39)
Resultado com operações de resseguro	(317.219)	(225.121)
Receita com resseguro	658.958	768.223
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	605.387	500.251
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	1.076	611
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (5)	47.789	76.416
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	(3.294)	190.945
Despesa com resseguro	(968.177)	(993.344)
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	(847.715)	(880.374)
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (5)	(1.904)	(473)
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (5)	(102.955)	(74.674)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (5)	(15.603)	(37.823)
Despesas administrativas - Compartilhamento	(136.097)	(124.595)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	(16.497)	(20.542)
Brasileveículos Companhia de Seguros (1)	(25.172)	(11.656)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	(78.671)	(72.932)
MAPFRE Vida S.A. (1)	(15.757)	(19.465)
Despesas administrativas	(27.879)	(21.062)
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(659)	(139)
Banco do Brasil S.A.	(32)	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	(1.357)
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	(180)	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	-	(2)
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	(57)	-
Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE	(110)	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. - COSERN	(21)	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	-	(318)
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.	(100)	-
MPFRE Previdência S.A.	-	(204)
MAPFRE Saúde Ltda. (6)	(22.330)	(19.042)
MAPFRE Tech	(4.390)	-
Despesas financeiras - Taxa de administração	(3.972)	(5.290)
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(3.972)	(5.290)
Receita financeira	419	89
Aliança do Brasil Seguros S.A.		

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Seguros Gerais S.A.**
São Paulo - SP
Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere a condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Seguros Gerais S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

**Anexo I
MAPFRE Seguros Gerais S.A.
(Em milhares de Reais)**

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	2018
Total de provisões técnicas	6.489.866
Total de provisões técnicas auditadas(*)	6.097.801
Total de ativos de resseguro	2.452.054
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	424.933
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões Técnicas auditadas (a)	6.097.801
Valores redutores auditados (b)	3.608.830
Total a ser coberto (a-b)	2.488.971
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	901.748
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	901.748
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.089.560
Exigência de Capital (CMR) (b)	901.748
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	187.812
Ativos garantidores (d)	2.909.248
Total a ser Coberto (e)	2.488.971
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos garantidores (f = d - e)	420.277
Ativos Líquidos (g)	420.277
Capital de Risco (CR) (h)	901.748
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	46,61%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP) 31/12/2018	
1390, 1601	100.000
1602	110.000
0980	500.000
0987, 1387	800.000
0977, 1369, 1377	1.500.000
0525, 1103	2.000.000
0195, 0310, 0378, 0520, 0524, 0531, 0929, 0993, 1101, 1107, 1535, 1537, 1574, 1597	2.500.000
0112, 0313, 0351, 0542, 0982, 1061, 1065, 1130, 1162, 1428, 1528	3.000.000
0746	3.500.000
0553	4.000.000
0114, 0621, 0622, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 1198, 1417, 1433	5.000.000
0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0711	7.500.000
0748, 0775, 0776, 1734	10.000.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Seguros Gerais S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Auditores Independentes Fernando Antônio Rodrigues Alfredo

CRC 2SP014428/O-6

Contador - CRC 1SP252419/O-0

DIRETORIA

Luis Gutiérrez Mateo
Diretor Presidente

Agustin David Bello Conde Valdes
Francisco Eugenio Labourt

Maurício Galian
Raphael de Luca Junior

CONTADORA

Daniele Gomes Yoshida - CRC 1SP 255783/O-1

ATUÁRIA

Vera Lúcia Fernandes Lopes - MIBA 817

Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo - SINDI-CLUBE

Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária - Nos termos da letra "c" do inciso I do Artigo 15 do Estatuto Social do Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo, observadas ainda as disposições do artigo 6º., § 2º, inciso I, artigo 9º., § 1º., inciso I, e artigo 13, § 5º., convoco os Clubes Associados com direito a voto na forma regimental, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária nos termos do Artigo 13 do mencionado Estatuto, a ser realizada no dia 12/03/2018, terça-feira, em sua Sede Social à Avenida Indianópolis, 628 - Indianópolis, com a primeira convocação prevista para às 19h00 com a finalidade de cumprirmos a seguinte ordem do dia: I - Abertura dos trabalhos pelo Sr. Presidente da Diretoria; II - Formação da Mesa Diretora dos trabalhos; III - Leitura, votação e discussão da ata da Assembleia Anterior; IV - Tomar conhecimento do relatório de atividades da Diretoria durante o ano de 2018; V - Discussão, deliberação e votação das contas e do balanço geral relativo ao exercício de 2018, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos auditores independentes. Na hipótese de não haver número legal para a Assembleia funcionar em primeira convocação, o será em segunda convocação às 19h30, neste caso com a presença de qualquer número de associados com direito a voto. São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.
Paulo Cesar Mário Movizzo - Presidente do Sindi-Clube



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 06:42:48.

Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A

[Ticket: 30041991] - www.imprensaoficial.com.br

Tecnobank Tecnologia Bancária S.A.

CNPJ/MF nº 09.016.926/0001-40 - NIRE 35.300.345.68-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 08/02/2019

Data, Hora e Local: 08/02/2019, às 10h, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em face dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa: Presidente** - Sr. Wagner Dutra de Lima; **Secretário** - Sr. Carlos Alberto Santana. **Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, considerando a renúncia do Sr. Wagner Dutra de Lima ao cargo de Diretor Presidente, aprovaram: (a) a eleição, para o cargo de **Diretor Presidente**, do Sr. **Carlos Alberto Santana**, RG nº 65.386.402 SSP/PR, CPF/MF nº 023.188.329-35, e (b) a eleição, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**, do Sr. **Adriano Bolonhezi Santos**, RG nº 42.086.036-8 SSP/SP, CPF/MF nº 227.803.808-70. Os Diretores são eleitos para um mandato de 3 anos, contados a partir da presente data. A remuneração anual dos membros da Diretoria será fixada em outra assembleia a ser oportunamente convocada. **Encerramento:** Nada mais. Wagner Dutra de Lima - **Acionista/Presidente**; Carlos Alberto Santana - **Acionista/Secretário**. **JUCESP** nº 115.433/19-3 em 20/02/2019. Gisela Simiena Ceschin - Secretária Geral.